

# Esclarecimentos ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural

**Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais e Processo de titulação de terras quilombolas**

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo  
Departamento Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural

Novembro, 2022



# Introdução

Thiago Cristiano Serafim  
Arquiteto Urbanista  
*Representante do Departamento Municipal  
de Defesa do Patrimônio Cultural*

*Novembro de 2022*

# Introdução

- ❖ **Justificativa:** Esclarecimentos ao COMPAC acerca da Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais e a respeito do Processo de titulação de terras quilombolas
- ❖ **Apresentação da OIT 169** com explicação geral do contexto urbano inserido;
- ❖ **Consultas** realizadas acerca do tema
- ❖ Processo de **titulação de terras quilombolas**
- ❖ Estágio do processo de titulação da **Comunidade de Pinhões**
- ❖ Reapresentação do **fluxograma de aprovação de loteamento**.

# OIT 169

Em 05 de Outubro de 1988 foi promulgada a Constituição Federal da República Federativa do Brasil que dispõe no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que *aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos*.

Em 27 de junho de 1989 foi adotada a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

Em 25 de julho de 2003 passou a vigorar a mencionada OIT no Brasil, conforme disposto nos preâmbulos do Decreto 5.051 de 19 de Abril de 2004.

Em 20 de novembro de 2003 foi publicado o Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

# OIT 169

## Artigo 6º

1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:

a) **consultar os povos interessados**, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, **cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;**

[...]

2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas.

# IN INCRA 111/2021

Art. 7º Identificada terra quilombola na Área de Influência Direta - AID do empreendimento, **o Incra**, sob orientação do órgão licenciador, **estabelecerá contato com os integrantes da comunidade a fim de organizar as oitivas.**

Art. 8º Adotadas todas as providências visando à realização de oitiva das comunidades quilombolas e esta não se efetivar por motivos alheios à responsabilidade da Autarquia ou do empreendedor, o Incra manifestar-se-á com relação aos produtos apresentados, registrando a ausência de oitiva

# Consultas



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA  
Avenida Afonso Pena, nº 3500, - Bairro Cruzeiro, Belo Horizonte/MG, CEP 30.130-009  
<https://www.gov.br/incra>

OFÍCIO Nº 77053/2022/SR(MG)F/SR(MG)/INCRA-IN CRA

Belo Horizonte, 24 de outubro de 2022.

A Sua Senhoria a Senhora

**ANDREA CLAUDIA VACCHIANO**

Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação

Prefeitura Municipal de Santa Luzia

Av. VIII, nº 50 – Carreira Comprida

CEP: 33045-09 – Santa Luzia/MG

Assunto: Resposta ao OFÍCIO Nº 1228/2022/SEDUH.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 54000.117756/2022-30.

Senhora Secretária Municipal,

1. Cumprimentando-a cordialmente, em atenção ao OFÍCIO Nº 1228/2022/SEDUH, que solicita que seja informado "se existe oficialmente a delimitação que reconhece a área Quilombola de Pinhões, no Município de Santa Luzia, e qual seria a delimitação", esclarecemos que em julho de 2017 foi instaurado o processo administrativo nº 54170.004814/2017-47 para tratar da regularização fundiária da referida comunidade quilombola, mas que ainda não foram iniciados os levantamentos necessários para identificação e delimitação do território.
2. Apresentamos a seguir as etapas do processo de regularização de territórios quilombolas pelo Incra:

# Consultas

Fundiária do Incra/Sede, de forma centralizada, por meio da Equipe Nacional de Licenciamento Ambiental Quilombola, uma torça tarefa estabelecida pela Presidência do Incra por meio da Portaria nº 1223, de 02 de julho de 2020.

17. Esclarecemos ainda que o Decreto 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, em seu artigo 13, determinou à Diretoria de Governança Fundiária a competência na coordenação das atividades de licenciamento ambiental em terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos, em articulação com o órgão ambiental responsável; e o novo Regimento Interno do Incra, publicado pela Portaria n. 531, de 23 de março de 2020, em seu artigo 82, delegou à Coordenação-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ) as ações de coordenação, supervisão, normatização e controle das atividades de licenciamento ambiental em territórios quilombolas.

18. Informamos que, para tratar das questões de licenciamento, a Equipe Nacional de Licenciamento Ambiental Quilombola está à disposição pelo e-mail [licenciamentoambiental@incra.gov.br](mailto:licenciamentoambiental@incra.gov.br), no telefone 61-3411-7249, ou junto à Diretoria Fundiária no e-mail [diretoria.fundiaria@incra.gov.br](mailto:diretoria.fundiaria@incra.gov.br).

19. Por fim, no intuito de estreitarmos direcionamentos, colocamo-nos à disposição para apresentação de quaisquer outras informações. Os contatos são [vagner.franco@incra.gov.br](mailto:vagner.franco@incra.gov.br) e [servico.quilombolas.bhe@incra.gov.br](mailto:servico.quilombolas.bhe@incra.gov.br).

Atenciosamente,

**VAGNER VASCONCELOS LUIZ FRANCO**

Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária  
Superintendência Regional do Incra no Estado de Minas Gerais - SR(MG)  
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA



Documento assinado eletronicamente por **Vagner Vasconcelos Luiz Franco**, **Chefe de Divisão**, em 25/10/2022, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.incra.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **14547587** e o código CRC **5B0FD84A**.



# Consultas

(Procuradoria Geral do Município)



CÓDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

CI Nº 628/2022/SECULT

Para: Procuradoria Geral do Município

Santa Luzia, 25 de outubro de 2022.

**Assunto:** Solicita assessoria jurídica acerca da aplicação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais

Sra. Dra. Procuradora Geral do Município,

Solicito assessoria jurídica<sup>1</sup> acerca da aplicação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. A seguir, uma apresentação das normas sobre o tema:

1. Em 05 de Outubro de 1988 foi promulgada a Constituição Federal da República Federativa do Brasil que dispõe no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que *aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.*
2. Em 27 de junho de 1989 foi adotada a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.
3. Em 25 de julho de 2003 passou a vigorar a mencionada OIT no Brasil, conforme disposto nos preâmbulos do Decreto 5.051 de 19 de Abril de 2004.
4. Em 20 de novembro de 2003 foi publicado o Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das

<sup>1</sup> Lei 4.397/2022, art. 5º Compete à PGM:

I - prestar, consultoria e assessoramento jurídico à Administração Direta, incluída a assistência ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relativos às entidades da Administração Indireta;

# Consultas

(Licenciamento - INCRA)

10/11/2022 09:58

Enviados | Sogo PMSL

## Solicita orientação acerca da aplicação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais

Segunda, Novembro 07, 2022 09:07 -03



Thiago Cristiano Serafim  
[thiagoserafim@santaluzia.mg.gov.br](mailto:thiagoserafim@santaluzia.mg.gov.br)

Para

[licenciamentoambiental](#)

Prezados(a)

Meu nome é Thiago Serafim, Arquiteto e Urbanista do município de Santa Luzia / MG e gostaria de obter algumas orientações acerca da aplicação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

Destaco que este email foi informado para orientação conforme OFÍCIO Nº 77053/2022/SR(MG)/F/SR(MG)/INCRA-INCR, anexo a este email.

A seguir, um breve relato sobre o tema:

Em 05 de Outubro de 1988 foi promulgada a Constituição Federal da República Federativa do Brasil que dispõe no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Em 27 de junho de 1989 foi adotada a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

Em 25 de julho de 2003 passou a vigorar a mencionada OIT no Brasil, conforme disposto nos preâmbulos do Decreto 5.051 de 19 de Abril de 2004.

Em 20 de novembro de 2003 foi publicado o Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Em 22 de Dezembro de 2021 foi publicada a Instrução Normativa INCRA 111/2021 que dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nos processos de licenciamento ambiental de obras, atividades ou empreendimentos que impactem terras quilombolas.

A dúvida está na aplicação da OIT 169 x IN INCRA 111/2021. Aduz a OIT 169 que:

Artigo 6º

1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:

a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;

[...]

2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas.

Fundamentada nesta normativa foram editados alguns protocolos de consultas a comunidades quilombolas como o Protocolo de Consultas às Comunidades Quilombolas do Paraná<sup>[1]</sup>, Protocolo de Consulta - Quilombos de Glória de São Lourenço<sup>[2]</sup> e Protocolo de Consultas Quilombola<sup>[3]</sup>.

Em todos os casos, as comunidades afetadas participaram da elaboração do documento e, em cada caso, é definida pela própria comunidade o rito procedimental de consulta a que faz referência o art.6 da OIT 169.

Entretanto, no entendimento dos técnicos desta secretaria, os arts. 7º e 8º da IN INCRA 111/2021 avoca prerrogativas das comunidades afetadas. A seguir, a transcrição dos arts. mencionados:

# Consultas

(Diretoria Fundiária - INCRA)

10/11/2022 09:59

Enviado | Gogo PM3L

## Solicita orientação acerca da aplicação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais

Segunda, Novembro 07, 2022 09:08 -03



Thiago Cristiano Serafim  
[thiagoserafim@santaluzia.mg.gov.br](mailto:thiagoserafim@santaluzia.mg.gov.br)

Para

[diretoria.fundiaria](#)

Prezados(a),

Meu nome é Thiago Serafim, Arquiteto e Urbanista do município de Santa Luzia / MG e gostaria de obter algumas orientações acerca da aplicação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

Destaco que este email foi informado para orientação conforme OFÍCIO Nº 77053/2022/SR(MG)/F/SR(MG)/INCRA-INCR, anexo a este email.

A seguir, um breve relato sobre o tema:

Em 05 de Outubro de 1988 foi promulgada a Constituição Federal da República Federativa do Brasil que dispõe no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que *aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos*.

Em 27 de junho de 1989 foi adotada a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

Em 25 de julho de 2003 passou a vigorar a mencionada OIT no Brasil, conforme disposto nos preâmbulos do Decreto 5.051 de 19 de Abril de 2004.

Em 20 de novembro de 2003 foi publicado o Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Em 22 de Dezembro de 2021 foi publicada a Instrução Normativa INCRA 111/2021 que dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nos processos de licenciamento ambiental de obras, atividades ou empreendimentos que impactem terras quilombolas.

A dúvida está na aplicação da OIT 169 x IN INCRA 111/2021. Aduz a OIT 169 que:

Artigo 68

1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:

a) *consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;* [...]

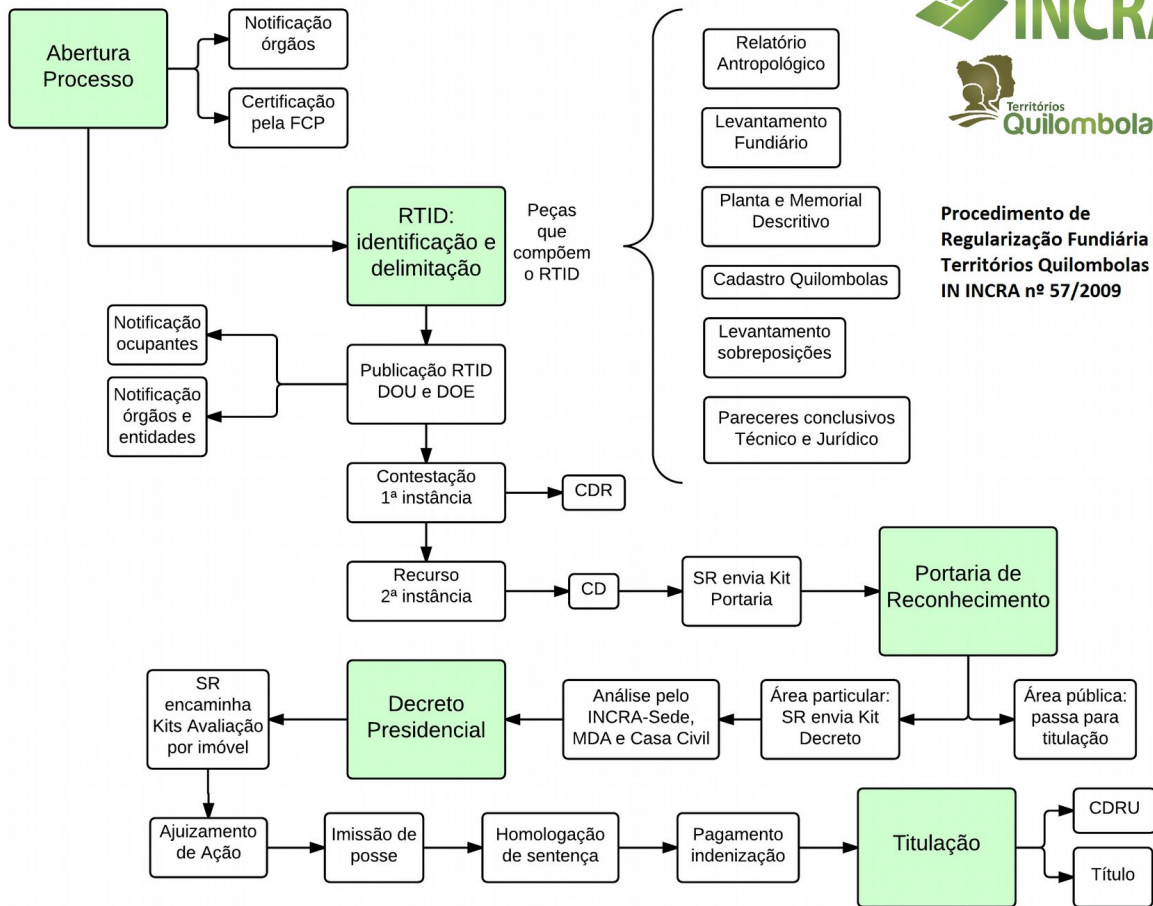
2. *As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas.*

Fundamentada nesta normativa foram editados alguns protocolos de consultas a comunidades quilombolas como o Protocolo de Consultas às Comunidades Quilombolas do Paraná<sup>[1]</sup>, Protocolo de Consulta - Quilombos de Gíria de São Lourenço<sup>[2]</sup> e Protocolo de Consultas Quilombola<sup>[3]</sup>.

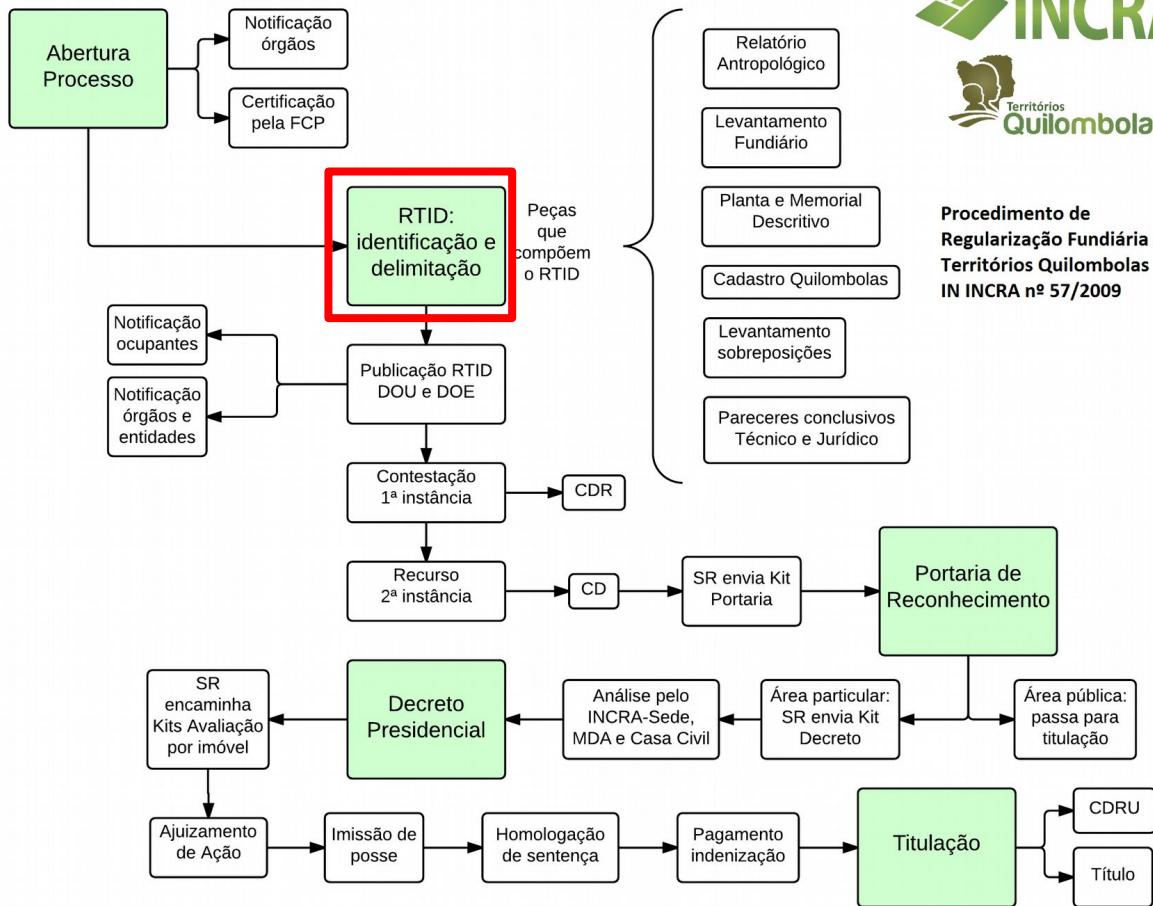
Em todos os casos, as comunidades afetadas participaram da elaboração do documento e, em cada caso, é definida pela própria comunidade o rito procedimental de consulta a que faz referência o art.6 da OIT 169.

Entretanto, no entendimento dos técnicos desta secretaria, os arts. 7º e 8º da IN INCRA 111/2021 **avoca prerrogativas das comunidades afetadas**. A seguir, a transcrição dos arts. mencionados:

# Titulação de terras quilombolas



# Titulação de terras quilombolas (Comunidade de Pinhões)



# Titulação de terras quilombolas (Comunidade de Pinhões)

sei! 3.1.5

## Pesquisa Processual

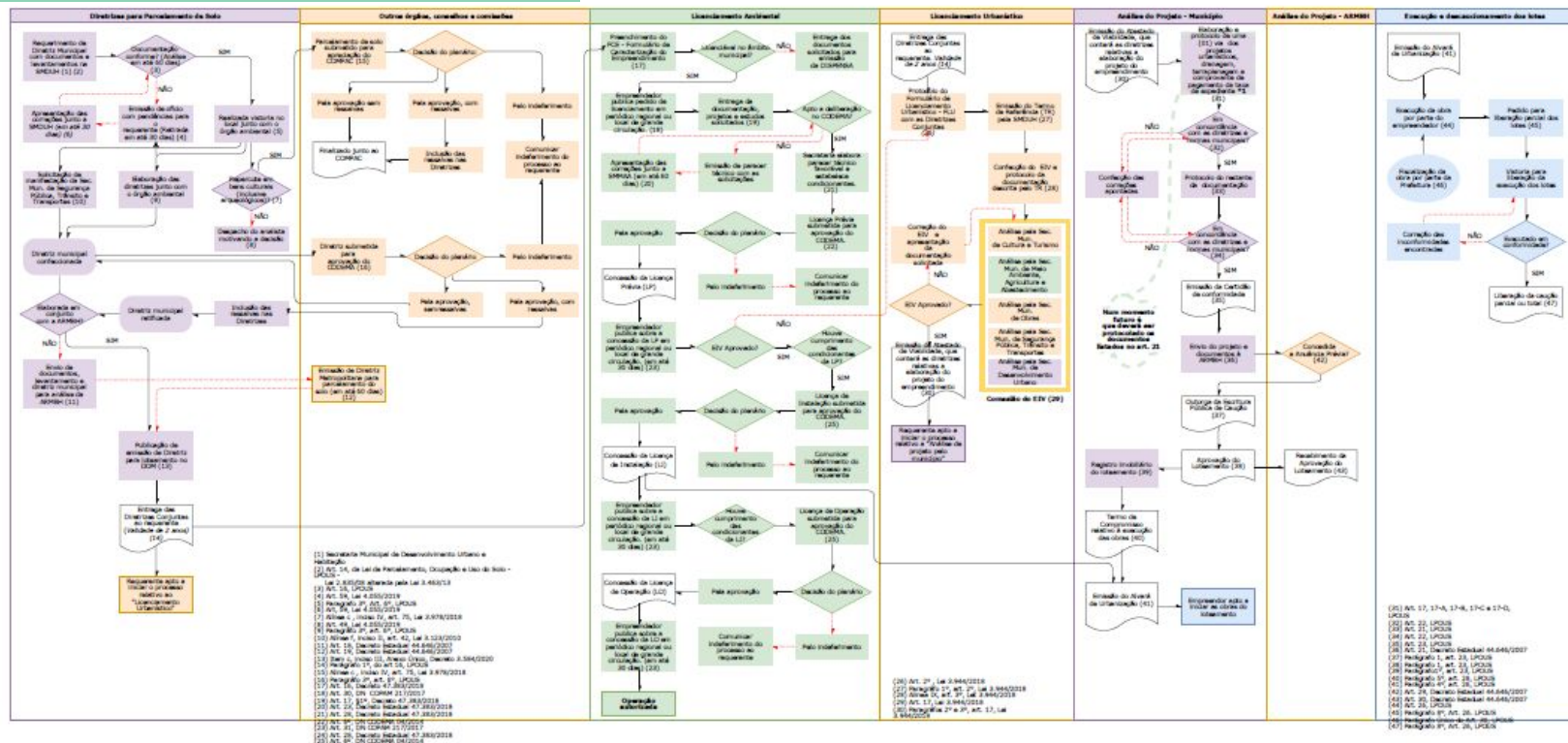
Autuação	
Processo:	54170.004814/2017-47
Tipo:	Finalístico: Regularização Fundiária
Data de Registro:	27/07/2017
Interessados:	COMUNIDADE DE PINHÕES

### Lista de Andamentos (18 registros):

Data/Hora	Unidade	Descrição
17/03/2022 18:22	SR(MG)F4	Conclusão do processo na unidade
17/03/2022 11:35	SR(MG)F4	Processo recebido na unidade
17/03/2022 11:18	SR(MG)F4	Processo remetido pela unidade SR(06)MG-F
14/03/2022 23:18	SR(MG)F	Processo recebido na unidade
14/03/2022 16:52	SR(MG)F	Processo remetido pela unidade SR(06)MG-F4
08/02/2022 10:10	SR(MG)F4	Processo recebido na unidade
07/02/2022 19:06	SR(MG)F4	Processo remetido pela unidade SR(06)MG-F
07/02/2022 18:55	SR(MG)F	Processo recebido na unidade
07/02/2022 18:55	SR(MG)F	Processo remetido pela unidade SR(06)MG-F4
07/02/2022 18:55	SR(MG)F4	Remoção de sobrestamento
23/10/2019 11:19	SR(MG)F4	Sobrestamento. Processo sobrestado até a elaboração do RTID
23/10/2019 11:02	SR(MG)F4	Remoção de sobrestamento
15/05/2018 11:33	SR(MG)F4	Sobrestamento. aguardando manifestação dos órgãos sobre abertura processo regularização
08/03/2018 16:13	SR(MG)F4	Remoção de sobrestamento
02/01/2018 15:43	SR(MG)F4	Sobrestamento. Aguardando manifestação dos órgãos comunicados sobre a abertura do processo administrativo de regularização fundiária de território quilombola, nos termos do artigo 7º da IN INCRA N° 57/2009.
29/12/2017 10:04	SR(MG)F4	Processo recebido na unidade
30/11/2017 16:37	SR(MG)F4	Processo remetido pela unidade SR(06)MG-F
08/11/2017 11:33	SR(MG)F	Processo público gerado (autuado em 27/07/2017)



# Fluxograma loteamento



# Fluxograma loteamento

Em vermelho - Ainda pendente  
Em verde - Concluído  
Em azul - Autorização para obra

